



Análise dos livros didáticos de Geografia e a representatividade de étnico-racial após 130 anos de abolição

Hellen Cristine da Silva¹

Analysis of the textbooks of Geography and ethnic-racial representativeness after 130 years of abolition

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n15.2018.76906>

¹ Mestranda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, bolsista CAPES.
E-mail: geografia.hellen@gmail.com

Resumo:

No presente artigo analisa-se a questão da representatividade negra nos livros didáticos de Geografia, visando o cumprimento da Lei 10.639/03. Após 130 anos de abolição enfrenta-se ainda o racismo estrutural e institucional arraigado na sociedade brasileira, e nesse contexto a educação torna-se um instrumento de mediação na luta pela igualdade racial. O objetivo principal deste trabalho é rever e discutir os conteúdos relacionados ao continente africano e aos negros nos livros didáticos, onde estes, frequentemente, estão representados na ótica de uma produção de material educacional eurocentrada. Este estudo foi elaborado a partir da análise do livro de geografia do 9º ano, “Geografia – Um olhar sobre o espaço mundial”. Sendo o livro didático um grande referencial na sala de aula para alunos e professores, é necessário que os mesmos atendam a Lei, afim de que colaborem para a superação do racismo no Brasil.

Palavras-chave: Etnia Racial, Eurocentrismo, Geografia.

Abstract:

Do not submit an article of analysis to a question of the black representation of the didactic books of Geography, endorsement or compliance of Law 10.639 / 03. After 130 years of abolition faces still or structural and institutional racism rooted in a Brazilian society, in this context education will become an instrument of mediation in the midst of racial equality. The main objective of this work is to review the content related to the African continent and the black years, which are often represented by the production of eurocentric educational material. This study was prepared based on an analysis of the geography of the 9th year, *Geografia – Um olhar sobre o espaço mundial*. Being or book didactic um large referential classroom for students and teachers, and required that we pay attention to Law, so that collaborate to a overcoming of racism at the Brazil.

Key words: Racial Ethnicity, Eurocentrism, Geography.

Introdução

Atualmente, a ampla produção cultural disponibiliza múltiplas linguagens a ser utilizadas como auxiliares na compreensão e análise do espaço geográfico. Não obstante, os livros didáticos continuam a ser o grande referencial na sala de aula para alunos e professores das escolas públicas e privadas do país, embora sejam utilizados de forma variadas: às vezes, permitindo que o aluno faça uma reflexão sobre o espaço; muitas vezes, trabalhando com a Geografia de modo tradicional e não reflexivo.

A variação de usos em sala de aula depende da relação existente entre os vários fatores: a formação geográfica e pedagógica do professor, o tipo de escola, o público que a frequenta e as classes sociais que atende.

Uma primeira reflexão a ser realizada é sobre o que vem a ser o livro didático. Este recurso apresenta múltiplos aspectos, sendo uma produção cultural e, ao mesmo tempo, uma mercadoria, devendo, portanto, atender a determinado mercado. É uma produção que leva o nome de um ou mais autores, mas tem por trás todo um grupo de pessoas em seu tratamento industrial antes de sua chegada às escolas e livrarias. Como mercadoria, o importante para as editoras é que ele seja vendido, e é preciso considerar que o grande comprador do livro didático é próprio Governo Federal. Daí resulta o desejo das editoras de que seu livro seja escolhido e bem avaliado pelo Ministério da Educação (MEC) – do contrário, o governo central não vai comprá-lo.

Na escola, o livro de Geografia, assim como os de outras disciplinas, podem passar por uma análise mais crítica dos professores. Desse modo sugere-se um composto de itens básicos que podem ser analisados, como: capa; autor ou autores; apresentação do livro; público; índice e estrutura do livro; diagramação; imagens e representações cartográficas; proposta teórico-metodológica; linguagem, atividades; bibliografia. Maria Encarnação Spósito (2002) afirma que a avaliação diz respeito aos livros, e não aos autores. Na avaliação são utilizados dois critérios principais para a exclusão: presença de erros conceituais ou de informação; presença de preconceito ou de indução a preconceito.

O professor, ao escolher um livro didático, não pode fazê-lo de forma aleatória, pois alguma reflexão necessita ser realizada se o mestre tiver a consciência de que o alvo é, no presente caso, o aprendizado geográfico. Cada disciplina tem suas exigências diante de seu principal objeto de estudo e das linguagens que permitem o entendimento dele.

Na Geografia, as representações gráficas e cartográficas são extremamente importantes na ampliação de conhecimentos tanto do cotidiano dos estudantes como de lugares distantes, sobretudo na atualidade, com o processo de globalização em curso. Para Schaffer (1999, p.133), “o uso do livro didático está associado a uma função social e pedagógica relevante: a construção do conhecimento através do trabalho com o texto impresso, o que permite a ampliação deste universo de conhecimento”.

Consideramos os livros didáticos formas simbólicas que podem ser relacionadas a outras, tais como a literatura, mas não se devem deixar de lado suas particularidades. Entre elas, damos destaque ao discurso de ciência/verdade que acompanha esses livros; discurso esse que também resulta da concepção dos livros didáticos como manuais de ensino de disciplinas aos estudantes. Como argumenta Apple (1995), o livro didático frequentemente define a cultura legítima a ser transmitida, estabelecendo grande parte das condições de ensino e aprendizagem em muitos países. Por essa razão, ele é objeto de estudo e reflexão de pesquisadores, movimentos sociais e do próprio Estado no que se refere ao combate às desigualdades socialmente construídas.

O Estado brasileiro adquire livros didáticos, a serem distribuídos na rede pública, de diversas editoras. As obras das editoras somente são compradas se passarem pela avaliação dos livros didáticos. Graças à avaliação, a qualidade dos livros didáticos tem melhorado nos últimos anos (MANTOVANI, 2009). Como o Estado gasta muitos recursos financeiros com a compra de livro didático, as editoras parecem se esforçar para se adequarem às avaliações do MEC. A recomendação dos livros didáticos pelo MEC é feita por uma comissão de especialistas, professores universitários que avaliam os livros tentando excluir aqueles que trazem formas explícitas de racismo e qualquer tipo de discriminação de sexo ou religião, por exemplo, mas que, geralmente, não atentam para formas implícitas de hierarquização entre os grupos sociais presentes nos livros (SILVA, 2005). De acordo com Peres (2002), a vigilância exercida pelo Estado com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um risco e uma necessidade. Risco porque o PNLD pode servir a interesses de governos, aprovando livros didáticos que, por exemplo, apoiam determinados grupos. Por outro lado, o PNLD é uma necessidade porque, sem ele, muitas das práticas preconceituosas e equívocos históricos continuariam a ser apresentados. Peres (2002) argumenta que, para manter o ideal democrático de nossa sociedade, a vigilância do livro didático não é (e não deve ser) monopólio do Estado. É necessário que a sociedade esteja vigilante acerca do conteúdo dos livros e como está sendo feita a avaliação desses livros - ou seja, vigiar os livros e o vigia desses.

O livro didático é uma importante ferramenta de ensino, principalmente em escolas públicas, pedagogicamente, possui a função de construir cidadãos de pensamento livre, sem preconceitos e comprometidos com o ser social. Porém, quando apresenta em seu conteúdo, imagens e textos de negros inferiorizados, na maioria das vezes associados a doenças, pobreza, escravidão entre outras, diminuindo sua importância no contexto social, pode prejudicar o aprendizado e a construção da identidade de uma criança negra.

Os critérios de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial nos livros didáticos resultam, principalmente, de pressões feitas por pesquisadores e movimentos sociais negros para mudanças na forma como a população negra brasileira vem sendo tratada no campo educacional (SANTOS, 2014). Neste sentido, os movimentos negros têm feito pressões junto ao Estado para que aprove medidas que modifiquem a apresentação de negros nos currículos e materiais didáticos.

A promulgação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei 9.394, de 20 de janeiro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional e instituindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura africana e afro-brasileira” foi um primeiro passo para essa modificação. Tanto é que ela teve desdobramentos na política dos livros didáticos brasileiros: a partir do edital do PNLD de 2005, ficou estabelecido que tais livros também devam observar a Lei 10.639/2003.

A análise da presença de negros e brancos entre os personagens das ilustrações dos livros didáticos e conteúdos relacionados à África é importante para destacarmos o quanto os critérios dos editais dos livros didáticos, conforme definidos pelo Ministério da Educação (MEC), conseguem garantir que parte da diversidade étnico-racial brasileira esteja presente neste material, considerando a atual concentração de livros indicados nas mãos de poucos grupos editoriais.

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo verificar como o continente africano é abordado no livro didático de geografia e relacionar com a implementação da Lei 10.639/03. Nesse sentido, para alcançar os objetivos foi, realizada pesquisa bibliográfica e relatamos em específico nesse trabalho a análise da representação do negro no livro didático de geografia do 9º ano, “Geografia – Um olhar sobre o espaço mundial” tendo como recorte o capítulo que retrata o continente africano.

A lei 10.639/03 e o ensino de geografia

A disciplina de geografia, entre outras atribuições, possui o papel de estudar as ações do homem e sua relação com a natureza e nesse sentido, a disciplina contribui para desfragmentar o estereótipo nocivo, conferido erroneamente ao negro e ao continente africano, através de reflexões que auxiliem na construção de um pensamento crítico, possibilitando ao cidadão se posicionar, frente às desigualdades raciais e/ou racismo, construindo sua própria visão do mundo.

Nesse sentido, o livro didático é entendido como um elemento norteador das práticas pedagógicas dos professores, em alguns casos a única fonte de conhecimento das escolas públicas brasileiras. Segundo Silva (2001):

O livro didático ainda é nos dias atuais um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas onde, na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares. Também para o professor dessas escolas, onde os materiais pedagógicos são escassos e as salas repletas de alunos, o livro didático talvez seja um material que supre as dificuldades pedagógicas (SILVA, 2001).

Portanto, cabe ao professor o papel articulador no processo de desconstrução da imagem negativa em que o negro é exposto nos livros didáticos. Assim entende-se que a Geografia, é uma disciplina capaz de apresentar as diferentes faces do mundo e as inúmeras formas que os alunos podem se posicionar, pois entender sua função e importância nesse processo é a base fundamental para desconstruir uma sociedade disciplinada em preconceitos raciais.

A diversidade historicamente tem sido representada como algo exótico, folclórico. A abordagem superficial e distante do cotidiano escolar reforça estereótipos e naturaliza os problemas raciais e sociais, justificando-os por meio de recursos da psicologia (por exemplo: índio é preguiçoso, negro é violento, branco nasce para comandar...). Isso tem mudado com as ações educativas dos movimentos sociais e a reivindicação de uma nova postura da escola em relação aos grupos etnicorraciais que compõem o povo brasileiro. (BARBOSA, 2009).

Partindo dessa ideia torna-se necessário analisar o livro de Geografia para compreendermos o que está proposto e nos posicionarmos, pois, a Geografia nos proporciona vivenciar diferentes visões de mundo, a fim de compreender as relações que as estruturam, principalmente nas questões de raça, que se apresenta nos livros como um ensino hegemonicamente centrado na cultura europeia reproduzindo apenas uma ideia de mundo, que beneficia uns e desqualifica outros.

A ideia de superioridade entre os grupos étnicos, no final do século XIX e início do século XX, foi associada a traços intelectuais e morais. Essa forma de suposição deu suporte para a difusão de argumentos pretensamente científicos que justificaram ações políticas de controle social exercidas pelas elites dominantes sobre as populações dominadas, negras e indígenas. Para aqueles que pensavam assim naquela época, o negro e o mestiço representariam o atraso da sociedade brasileira rumo ao progresso e à modernidade, bem como um empecilho para a construção da identidade nacional (THEODORO, 2008).

A ideologia racial teve grande êxito no Brasil do século XIX. A ideia da superioridade dos brancos europeus foi incorporada por parte dos intelectuais da época, especialmente entre escritores, autoridades políticas, líderes religiosos, médicos e advogados, os quais desejavam construir um país à semelhança da matriz europeia. O movimento abolicionista e a própria abolição da escravidão em 1888 não foram capazes de alterar essa condição. Os negros e mestiços foram em sua maioria, relegados a posições subalternas na sociedade brasileira, e suas práticas culturais, em muitos casos, criminalizadas e marginalizadas (THEODORO, 2008).

A partir de décadas do século passado até o presente, diversos grupos, organizações e movimentos sociais reivindicam melhores condições econômicas e sociais. Grupos como os de mulheres negras, homens negros e os indígenas, lutam pelo reconhecimento, respeito e

valorização de sua cultura e diferenças, buscam a reparação pelas injustiças causadas no passado pelos diversos meios de exploração, discriminação e racismo, fazendo emergir o que passou a ser denominado de ação afirmativa.

Considerada uma ação afirmativa no que se refere ao sistema legal, a aprovação da Lei 10.639/03 indica a abordagem do tema no país. Fruto de lutas históricas do Movimento Negro no Brasil, visando à educação positiva das relações étnico-raciais para a sociedade brasileira, com foco na superação das práticas escolares/sociais discriminatórias e excludentes contra os alunos negros/afrodescendentes no espaço escolar, a aprovação dessa lei, promulgada pelo Congresso Nacional em nove de janeiro de 2003, institui a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura da África e Afro-Brasileira. A aprovação pelo Estado brasileiro visa reconhecer, valorizar e discutir devidamente a cultura e história da África, evidenciando suas múltiplas dimensões e contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na formação do território e da identidade nacional. A referida lei que representa um marco na luta por uma educação antirracista no Brasil, acrescenta dois artigos ao texto da LDB: O artigo 26-A, e 79-B.

[...] Art. 1º - a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos. 26-A, 79-A e 79-B; “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira [...] Parágrafo 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertinentes à História do Brasil [...] Parágrafo 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira [...]”; Art. 79-A. (VETADO) [...]; Artigo 79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003).

Em dez de março de 2008, a Lei 10.639 sofre uma alteração e é acrescentada também a obrigatoriedade da temática indígena. Tal abordagem não determina a existência de uma disciplina específica e solta. Sua proposta diz respeito a produção de conhecimentos e formação de atitudes e valores capazes de educar cidadãos conscientes de seu pertencimento étnico-racial. A nova lei promulgada foi a Lei 11.645/08, uma das grandes conquistas para o reconhecimento social do negro e do indígena. Ela torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas, do Ensino Fundamental e Médio.

Após a promulgação da Lei 10.639/03, a nova configuração do livro didático deve oferecer aos alunos e aos professores uma nova leitura sobre a valorização de diferentes culturas e etnias, essa nova configuração é importante para diagnosticar a realidade dos conteúdos apresentados nos livros didáticos.

É preciso utilizar-se da Lei como um instrumento para reposicionar o negro no mundo da educação. Exercer a descolonização do saber e dar outra possibilidade de visão que não seja eurocentrada é urgente para que esta meta seja atingida. Não se pode apenas acrescentar e ministrar novos conteúdos e acreditar, falsamente, que estamos desta forma contribuindo para a formação escolar livre de discriminações raciais. Precisamos revisar esses conteúdos que de alguma forma reforçam o preconceito racial inferiorizando o negro – por exemplo, mostrando a África de uma forma folclorizada. Esta releitura está presente nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” bem como no Parecer 003/2004, interessado ao Conselho Nacional de Educação versando a respeito das diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que alude:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos “discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (Parecer 003/2004)

Neste sentido, a Geografia assume um importante papel, pois acreditamos que através de seu ensino os professores podem apresentar ao alunado as diversas formas que compõem o mundo e de que formas os indivíduos se comportam e posicionam-se neste. Pois saber posicionar-se no mundo e qual função assumir nele é de suma importância para o processo de desconstrução de uma sociedade pautada em preconceitos raciais.

A questão étnica racial é um tema importante no desígnio da ciência geográfica, contudo nem sempre em evidência, nem sempre tratado de maneira enfática e

desmistificadora. Temos, no Brasil, o caso do geógrafo Milton Santos, que tratou dos temas da segregação urbana e dos lugares de negros na cidade e na sociedade. Suas reflexões, via de regra, foram resultantes de sua própria experiência enquanto homem negro, pois considerava que toda a relação se dava pela própria forma e aparência do indivíduo negro, que ele veio a designar de corporeidade (SANTOS, 1996/1997). Sem dúvidas, também escreveu/discursou sobre negritude, afirmando não ser sua especialidade, mas resultado de sua convivência enquanto sujeito. Admitindo, sobretudo, que sofreu humilhações e preconceitos pelo simples fato de possuir um corpo negro; e que, por isso mesmo possuía uma cidadania mutilada (SANTOS, 1996/1997), não era um cidadão integral pela simples razão de ser um homem negro; motivo pelo qual, num artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, desabafa:

ser negro no Brasil é frequentemente ser objeto de um olhar vesgo e ambíguo. Essa ambiguidade marca a convivência cotidiana, influi sobre o debate acadêmico e o discurso individualmente repetido é, também, utilizado por governos, partidos e instituições (SANTOS, 2000).

Entendemos que a Geografia trata de estudar o território, o espaço, descobrindo o outro que ocupa esse espaço. Geografia é conhecimento do espaço para agir sobre o espaço, entendendo que esse espaço já tem ação humana (SANTOS, 2007). Nesse sentido, importa saber qual o espaço que os livros didáticos apontam ser ocupado por negros e brancos. Importa porque o racismo brasileiro

[...] ao definir clivagens sociais e hierarquizar indivíduos e grupos a partir de seus pertencimentos raciais se expressará na constituição de 'lugares' (nos sentidos espacial e social) onde a presença do desfavorecido será majoritária (lugares de pobreza, da despossessão, da subalternidade) e lugares onde sua presença será minoritária (lugares da riqueza, do poder, do saber socialmente legitimado, etc.): lugares com a marca desta distinção social. (SANTOS, 2007, p. 30)

A construção de lugares espaciais e sociais - no caso dos livros didáticos de Geografia - nos remete à própria construção do imaginário social sobre a população que ocupa o território. Segundo Santos (2007), esse imaginário social privilegia a colonização europeia, ocultando a presença dos negros, apagando a escravidão da história das regiões e autorizando violências diversas.

Análise do livro didático

O livro utilizado para esta análise é dos autores Fernanda Padovesi Fonseca, Gilberto Pamplona da Costa, Roberto Giansanti e Jaime Tadeu Oliva, foi aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2014. Nessa metodologia, analisamos as ilustrações presentes na obra “Geografia - um olhar sobre o espaço mundial” (9º ano), buscamos nos ater a observação conceitual dos conteúdos de África e imagens dos negros apresentados no livro.

Observamos as possíveis subjetividades formadas pelos educandos com as visualizações das imagens grafadas na obra. A partir de categorias predeterminadas de análise, verificamos os personagens presentes em todas as ilustrações dos livros. Por personagem, entendemos todos os corpos humanos ou seres antropomorfizados presentes nas ilustrações. Como na maioria das vezes quem escolhe as ilustrações dos livros didáticos não são os autores, e sim a editora, por meio de ilustradores, consideramos relevante apontar como os negros são apresentados.

No início do capítulo, “África: marcas do passado, desafios do presente”, p. 224 é, apresentado um breve contexto da sobre a Lei 10.639/03, e sua importância na elaboração dos conteúdos sobre o continente Africano, e estabelece nessa apresentação as comparações de como os temas se dispunham antes da Lei e como estão sendo dispostos contemporaneamente.

Diante disso, durante a realização das leituras foram encontrados aspectos positivos sobre o continente africano, sobre estes, destaca-se, a representação da África não apenas segundo uma abordagem descritiva regional, como encontrávamos anteriormente, mas sendo entendidos em sua inter-relação com outros povos, países e demais regiões, levando em consideração muitos aspectos heterogêneos do continente. Antes da aprovação da Lei 10.639/03, encontrávamos referências à África sem designar explicitamente povos e países - o que não ocorria quando o assunto era a Europa ou a América. Em regra, a África também foi apresentada ao longo do tempo como sinônimo de guerras, fome, doenças e conflitos "tribais" - evidente simplificação e criação de estereótipos a respeito de uma realidade muito mais complexa.

Desta forma, a África é vista enquanto lócus da não civilidade, do não desenvolvimento, da fome, da miséria, dos conflitos entre etnias rivais, doenças como AIDS, da desnutrição, do imobilismo, do não histórico, do exótico, do selvagem. Tais formulações irão cristalizar, conseqüentemente, a imagem atribuída aos Africanos: seus saberes, técnicas e culturas são vistas como manifestações folclóricas e populares; suas relações sociais são vistas como tradicionais e não complexas; são vistos como o outro, o estranho, o negro, o demoníaco, o feiticeiro, o antropófago, o escravo, o primitivo, o selvagem, o inferior, o tribal. (DINIZ, 2009, p. 10).

Os aspectos negativos, em relação à África, quase não estão presentes no livro, destacam-se inúmeras melhorias. Os avanços em termos que estruturam os conteúdos africanos no livro de Geografia estão presentes nos conteúdos da Geografia humana e física, principalmente na industrialização, geopolítica, blocos econômicos e a nova divisão internacional do trabalho, as grandes civilizações, as riquezas naturais com destaque para os recursos minerais como o petróleo e o carvão mineral, ou, ainda, o potencial econômico que a África do Sul vem apresentando nas últimas décadas.

As partes dos personagens em ilustrações presentes no livro dividiam-se em desenhos e fotografias. O capítulo apresenta treze ilustrações fora os mapas. As imagens se subdividem da seguinte forma: três fotos de monumentos arquitetônicos construídos na África; uma foto do Rio Níger; um desenho representando a diversidade étnica do continente africano; uma foto do São Jorge da Mina (território de Gana); uma foto de uma mulher negra com o rosto tampado, vestida para um ritual de Candomblé; um desenho de operários africanos trabalhando na construção de uma ferrovia; uma foto antiga de colonizadores europeus ao lado de um representante político africano; uma foto de jovens africanos trabalhando em mineração na República Democrática do Congo; uma foto de jovens africanos no ritual da etnia tutsi em Ruanda, uma foto sobre a separação de banheiros na Apartheid e por último, uma foto de Nelson Mandela discursando sobre o regime Apartheid.

Percebemos que, poucas vezes, as mulheres negras foram retratadas. E é um protagonismo que se deve exigir uma maior atenção, pois, o mulherismo¹ negro é de grande relevância para muitas lutas e conquistas. O movimento é de mulheres atuantes tanto na esfera da discussão de gênero quanto na luta antirracista. É neste contexto, que recai sobre a negra tanto uma representatividade minoritária; quanto uma representatividade que silencia e subalterniza os aspectos sociais, históricos, políticos e culturais da negra tecidos na diferença colonial. A única imagem de mulher negra que aparece no capítulo faz menção a uma divindade do Candomblé, porém aparece descontextualizada, pois não fala nada sobre a representação da foto nem da religião em questão e simplesmente vem seguida da seguinte frase: “Hoje, permanece o inegável legado cultural africano e afrodescendente em nosso país”

¹ Diante das deficiências do feminismo, como praticado pelas mulheres brancas de classe média, e a necessidade de desenvolver uma teoria ou uma ideologia que atenda especificamente às necessidades das mulheres negras conduziram mais tarde à elaboração de outra vertente do feminismo chamado Mulherismo, um termo dado por Alice Walker em sua coleção de ensaios intitulada *In Search Of Our Mothers Gardens: Womanist Prose* (1983).

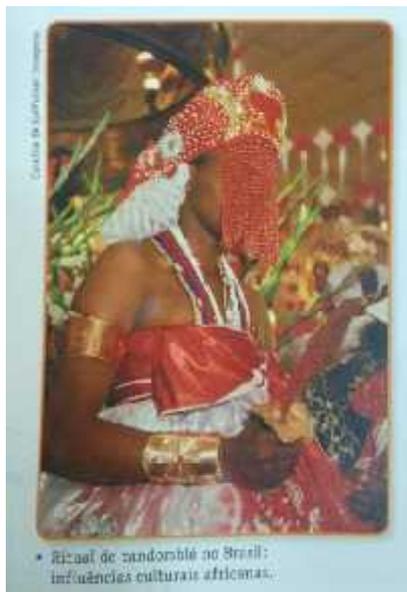


Figura 1: Imagem da representação da mulher negra (p. 234)

As mulheres negras, dentro da lógica colonial ocupam o espaço de não sujeitos, portanto não são consideradas enquanto protagonistas e produtoras de conhecimentos válidos. Diante disso, não tem suas histórias contadas na história oficial, no currículo escolar e nem nos livros didáticos, suas histórias são folclorizadas ou simplesmente ocultadas, assim como, a sua representação imagética é minoria nos livros didáticos.

De acordo com Silva (2008), a luta e enfrentamento pelo critério de exclusão de livros com passagens e textos discriminatórios couberam aos movimentos negros, mas especificamente as militantes negras a qual tinha nos livros didáticos sua representação associada unicamente ao período escravocrata. Outro aspecto, colocado em pauta, refere-se às reivindicações das negras por um projeto político de busca da identidade cultural africana de negras e de negros no livro didático, para tanto seria necessário:

um currículo com valorização da herança africana, por meio das modificações dos livros didáticos e pela inclusão de conteúdos de história e cultura afro-brasileiras, vem a compor um projeto de sociedade multirracial, com vistas ao acesso a cidadania, afirmação dos direitos civis e combate à discriminação (SILVA, 2008. p. 121).

Cabe destacar que os livros didáticos representam um dos recursos utilizados do desenvolvimento das aulas de professoras e professores, portanto, constituem um elemento importante na desconstrução de valores e de estereótipos sobre a mulher negra. Por isso, pesa na discussão do Mulherismo Negro a representação da negra, neste material, tanto em quantitativo majoritário; quanto em condições dignas de modo a evidenciar os conhecimentos de outros tecidos na diferença colonial e assim desvelando as heranças

coloniais.

Neste texto, abarcamos apenas o recorte do capítulo que se refere à África, p. 224 a 251, não foi realizada uma análise das atividades propostas no capítulo e nem a análise dos outros capítulos. Abre-se a possibilidade dessas análises serem realizadas posteriormente.

Considerações

A revisão das práticas e dos conteúdos se faz necessária na luta contra a discriminação racial e pela luta da real e desejada democracia racial. É preciso que os conteúdos contemplados nos livros didáticos passem por revisões visto que em muitas ocasiões a única fonte de informações são os livros didáticos usados no dia-a-dia na sala de aula.

Após a aprovação da referida Lei, houve uma ampliação das pesquisas sobre a História da África e sobre a História da Cultura Afro-brasileira. De acordo com Paula (2013, p.22), em relação a esta primeira dimensão, antes e depois da Lei, é possível identificar algumas tendências gerais, formalizadas por alguns grupos de pesquisadores, tais como: a concepção ainda fundamentada no “escravismo e nos estudos sobre a escravidão”; a concepção baseada em uma África imaginada e construída pelo mercantilismo pelos europeus, representada principalmente pela “Costa da Mina” pelo “Reino do Congo” e pelo “Benin” – lugares de entrepostos; a concepção alicerçada na ideia da África pela África; e a concepção que intenta articular os conhecimentos e saberes das diversas “culturas e histórias” do povo africano, aos conhecimentos e saberes produzidos nas várias diásporas africanas pelo mundo, dentre os quais, a diáspora Afro-brasileira.

Existe um perfil de pesquisadores, ao qual está afiliado o presente trabalho, que fundamenta-se na concepção que procura articular os conhecimentos e saberes das diversas “culturas e histórias” do povo africano aos conhecimentos e saberes produzidos nas várias diásporas² africanas pelo mundo, dentre as quais, a diáspora Afro-brasileira. Esse grupo é formado por pesquisadores negros, brancos, indígenas, asiáticos e todos aqueles que independente de pertencimento racial, étnico ou populacional, compreendem que a questão da unidade africana vai além das fronteiras territoriais do continente, abrange as experiências das diásporas do povo africano espalhado pelos cinco continentes.

Esse grupo de pesquisadores entende que a Lei 10.639 vem como um aparato importante pois implica em reconhecer, valorizar e promover a história e a cultura africana e afrodescendente como premissa de organização social que parte necessariamente do

² A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno histórico e social caracterizado pela imigração forçada de homens e mulheres do continente africano para outras regiões do mundo. Esse processo foi marcado pelo fluxo de pessoas e culturas através do Oceano Atlântico e pelo encontro e pelas trocas de diversas sociedades e culturas, seja nos navios negreiros ou nos novos contextos que os sujeitos escravizados encontraram fora da África.

pluralismo brasileiro, e por constituir-se num elemento reflexivo na formação de cidadãos comprometidos com o entendimento mais amplo de sociedade.

Percebemos que os conteúdos do livro analisado, após a revisão estabelecida pela Lei 10.639/03, contempla várias expectativas dos educandos afrodescendentes que seriam de observar o que é representado nestas produções literárias de uma forma crítica e que este possa enxergar-se de forma real e não inferiorizada. Porém, há ainda a necessidade de rever fatores relevantes os quais foram omitidos e que são importantes para a superação das desigualdades raciais, superação do racismo, sexismo ou discriminação de gênero.

Não obstante o esforço dos educadores, dos autores dos livros didáticos, do ensino brasileiro a valorização da cultura afrodescendente, bem como o respeito ao negro, ainda é um processo que engatinha nas veredas do preconceito e da discriminação.

Com um ensino crítico de Geografia pode-se construir subsídios para a desconstrução dos estereótipos negativos que são atribuídos aos negros e ao continente africano e com isso darem passos significantes rumo ao reposicionamento das relações raciais na educação brasileira onde os educandos possam entender as complexidades das diversas visões de mundo, bem como ajudar os mesmos em suas percepções e formação de pensamento crítico em relação às desigualdades raciais e o racismo, como também auxiliá-los na sua forma de posicionar-se e enxergar o mundo.

Ao educador mais do que a qualquer outro profissional cabe o compromisso de evidenciar, destacar e realizar o trabalho de resgate cultural de um povo que teve a sua história violentada, cujas consequências desastrosas ainda afligem de maneira considerável todos os afrodescendentes. A escola deve estar frente deste trabalho de resgate e de valorização. Deve estar alerta para as representações negras no livro didático, pois é aí a construção do alicerce de uma sociedade nova, justa e igualitária onde o afrodescendente tenha garantido o seu papel de cidadão livre no território Brasil.

A sociedade brasileira, a escola, os educadores por certo, deverão dar prosseguimento a ação que não repara mais redime o sacrifício de um povo. Aos educadores cabe cuidado, vigilância e atenção, para que os livros didáticos não continuem sendo instrumento de manipulação. Vela-se para que sejam instrumentos que gerem conhecimento, conhecimento inclusive de justiça, liberdade e solidariedade.

Artigo recebido em 24 set. 2018.

Aprovado para publicação em 06 dez. 2018.

Referências

APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BARBOSA, Nelma Cristina Silva. *Currículo, Cultura Afro e Arte-Educação*. Programa de Pós - Graduação em Educação. Edc 575 – Arte e Educação / 2002.2, 2009. Disponível em: < <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=165>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

BRASIL. LDB: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: DF, 2005. Disponível em:< <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em: 10 de junho de 2018

DINIZ, F. G. *O uso de filmes no ensino de geografia: uma discussão sobre a representação de África*, in Encontro nacional de ensino em Geografia, 2009. Disponível em:< [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20\(27\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20(27).pdf)> Acesso em: 20 de maio de 2017.

GEOGRAFIA UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO MUNDIAL, 9º ano, FONSECA, F.D.; GIANANTI, R.; COSTA, G.P.G.; OLIVA, J.T. _ 1. Ed _ São Paulo: 2012. Ensino Fundamental PNLD 2014.

MANTOVANI, K. P. *O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD: impactos na qualidade do ensino público*. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PERES, S. *O PNLD brasileiro como estratégia de controle social sobre o ensino de histórico contexto do Mercosul: entre o risco e a necessidade*. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. 25., 2002, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/tp251.htm#gt13>> Acesso em: 17 março de 2018.

SANTOS, J. R. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Renato Emerson dos. *“O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639”*. In: “Diversidade, Espaço e Relações Étnico Raciais: O Negro na Geografia do Brasil”. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

SANTOS, M. *Ser negro no Brasil hoje*. IN: Jornal Folha de São Paulo – Caderno Mais, 07, mai. 2000. São Paulo. Acesso: 10 de junho de 2018.

SANTOS, Milton. *Cidadanias mutiladas*. In: LERNER, Julio (Ed.). O preconceito. São Paulo: IMESP, 1996/1997, p. 133-144.

SCHAFFER, Neiva Otero. *O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro*, texto in CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org) et al. Geografia em sala de aula: Práticas e reflexões. 2. ed. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, P. V. B. (2008). *Racismo em livros didáticos: Estudo sobre negros e brancos em livros didáticos de língua portuguesa, em autêntica, Brasil*.

SILVA, P. V. B. *Relações raciais em livros didáticos de língua portuguesa*. 2005. 243f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SPÓSITO, M. E. As diferentes propostas curriculares e o livro didático. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002;

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: _____. (Org.). *As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008. p.19-47.